

Langoni prevê maior realismo com a dívida

MAR 1985
ESTADO DE SÃO PAULO
BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O ex-presidente do Banco Central, Carlos Geraldo Langoni, disse ontem que o governo Tancredo Neves vai impor uma renegociação mais realista da dívida externa brasileira, ao reunir pessoas "de extrema competência, bom senso e visão clara" como Olavo Setúbal, no Ministério das Relações Exteriores, João Sayad, no Planejamento, e Antônio Carlos Lemgruber, na presidência do Banco Central.

"É um grupo competente e com experiência de mercado e da vida pública" -- observou Langoni, ao manifestar a torcida para que os seus colegas da Fundação Getúlio Vargas (FGV) consigam acertar no Banco Central. Por conhecer bem o grupo, Langoni previu que, desta vez, o governo adotará política de austeridade para reduzir o déficit público, a partir de mudanças na renegociação da dívida.

Segundo ele, o modelo adotado nas fases 1 e 2 e mantido, em seus princípios, na renegociação deste ano, não atende às necessidades do País ao inchar os gastos financeiros das empresas estatais e, em consequência o déficit público e a inflação. Uma fonte do Banco Central lembrou que o presidente e o diretor da Dívida Pública do BC, José Júlio Senna, já expuseram -- antes da escolha para os novos cargos -- posição favorável à inclusão da capitalização dos juros na renegociação da dívida.

"Cortar os encargos da dívida externa das estatais é a chave para a contenção do déficit público e permitir o crescimento econômico com queda da inflação. Se reduzir os gastos das estatais, o governo obterá ganhos contra a inflação, sem pressão recessiva" -- ressaltou o ex-presidente do Banco Central. E a fonte do BC lembrou que Tancredo precisará cortar gastos para a transferência de

recursos das estatais à produção de alimentos, através da ampliação do crédito rural para estimular os agricultores.

Langoni disse que o reequilíbrio da economia passa necessariamente pelo ajuste nas contas do governo: "Essa é a grande tarefa deste governo. Toda as correntes de economistas, tanto a rotulada como monetarista quanto a estruturalista, e os políticos, a começar pelo presidente da Câmara dos Deputados, Ulysses Guimarães (PMDB-SP), reconhecem a necessidade de cortar o enorme déficit público".

A credibilidade constitui, na opinião do ex-presidente do BC, a arma do governo Tancredo para reduzir o déficit público e quebrar a expectativa inflacionária. A nova equipe econômica precisará mostrar competência até para contestar a postura tradicional dos "ilustres" da própria FGV de que "os efeitos recessivos de qualquer programa de estabilização econômica são universalmente reconhecidos como inevitáveis, não constituindo isso novidade do ponto de vista técnico, seja nos regimes de economia de mercado, ou de planificação central, ou, ainda, nos regimes híbridos como o nosso".

Apesar de se manifestar sobre o conjunto de fatores capazes de permitir a compatibilização do crescimento econômico com menor inflação, Langoni insistiu no ponto básico: "O ajuste da economia brasileira exige que o governo vá além e coloque a questão dos juros na mesa de renegociação da dívida. O desempenho decepcionante das exportações neste início de ano mostra a dificuldade do País manter megasuperávits comerciais, ao longo dos anos, para cobrir os encargos da dívida. Então, é preciso reconhecer o problema e reescalonar também parte dos juros, através da capitalização ou do seu refinanciamento, sob pena de sacrificar toda a estratégia de controle do déficit público e da inflação".